Encontros Regionais de Municípios ABM – Sudeste

Rio de Janeiro, Outubro de 2015

Estratégia CAIXA para Consórcios Públicos e Desenvolvimento Regional

Marcus Vinicius Rego
Gerente Nacional de Segmentos de Governo
Vice-Presidência de Governo

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Agenda

- Atuação da CAIXA
- Ações da CAIXA para apoio aos Consórcios Públicos
- Contratos de Repasse - OGU para Consórcios Públicos
- Operações de Consórcios Públicos na CAIXA
- Entraves para a consolidação e financiamento dos Consórcios

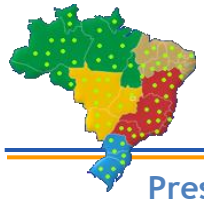
Missão da CAIXA

"Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro"

154 Anos de existência

80,8 Milhões de clientes

65,7 Mil Pontos de Atendimento



Presente em todos os municípios brasileiros

97,9 Mil Empregados

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Números da CAIXA - Primeiro semestre de 2015

Lucro Líquido	R$ **3,5** bilhões	**+2,8%** 12M	55,9% IEO	**- 2 p.p.** 12M
Ativo Total	R$ **1,1** trilhão	**16,2 %** 12M	R$ 1,9 tri Ativos administrados	**+14,2 %** 12M
Crédito Amplo	R$ **648,10** bilhões	**+17,4 %** 12M	R$ 235,8 bi Contratação	**-2,5%** 12M
Captação Líquida	R$ **9,8** bilhões	**-75,8%** 12M	105,7 bi Saldo LCI no semestre	
Investimentos	R$ **720** milhões		4,1% **NIM**	**+ 0,2 p.p.** 12M

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Recursos movimentados pela CAIXA

R$ 363,2 bilhões injetados na economia no primeiro semestre de 2015[1]

R$ 134,7 bilhões
em concessões de Crédito Comercial
+ 6,3% (14/15)

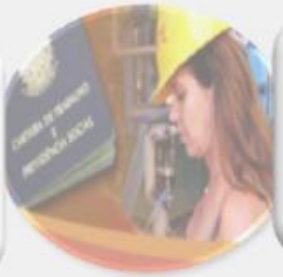
R$ 50,9 bilhões
em concessões de Crédito Habitacional
-17,3% (14/15)

R$ 3,5 bilhão
em concessões de Crédito Rural
+ 61,2% (14/15)

R$ 4,5 bilhões
em Saneamento e Infraestrutura
-67,5% (14/15)

R$ 2,2 bilhão
Destinação Social das Loterias
+ 5,1% (14/15)

R$ 99,0 bilhões
em pagamentos de Benefícios ao Trabalhador
+ 10,5% (14/15)



R$ 12,2 bilhões
em Dispêndios[2]

R$ 13,9 bilhões
em pagamentos de Benefícios Sociais
+ 6,2% (14/15)

(1)Inclui a contratação de R$ 20,2 bilhões em outros créditos com característica de concessão.
(2)Remuneração de pessoal, investimentos em unidades e tributos.

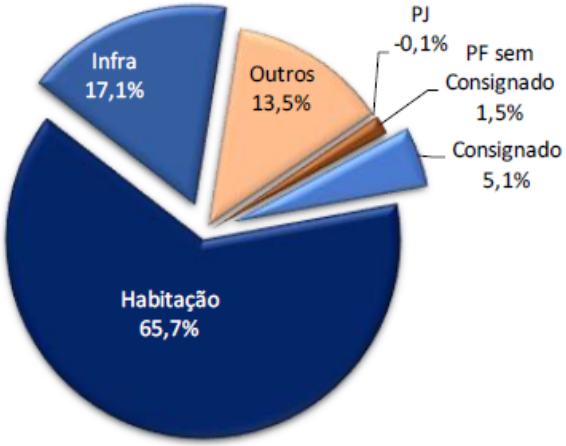
CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Destaques Crédito

R$ bilhões	Saldo		Contratação
Crédito Amplo	R$ 648,1	+17,4% 12M	R$ 235,8 (-2,5%)
Crédito Comercial	R$ 196,1	+4,9% 12M	R$ 134,7 (+6,3%)
PF	R$ 100,2	+10,2% 12M	R$ 76,1 (+7,8%)
PJ	R$ 95,9	-0,1% 12M	R$ 58,6 (+4,3%)
Habitação	R$ 366,6	+20,8% 12M	R$ 50,9 (-17,3%)
Saneamento e Infra	R$ 63,3	+36,8% 12M	R$ 4,5 (-67,5%)

Participação no crescimento da Carteira de Crédito



CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

A CAIXA e a implementação de Políticas Públicas

- Principal **Agente Operador** das políticas de Desenvolvimento Urbano do Governo Federal;
- **Mais de 98%** dos municípios tem obras em andamento com recursos, repassados ou financiados pela Caixa.
- Banco **100% Público**;

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Rede de Atendimento

SR / SGJ* Agências

Atendimento negocial

GIGOV Governo

Atendimento técnico
- Repasses OGU
- Financiamentos

GIFAB Programas Sociais

Atendimento técnico
- Programas Sociais

***Superintendência de Negócios Governo e Judiciário**
- **Novo modelo de atendimento dedicado aos municípios.**
- **Piloto GO e RS**

GIHAB Habitação

Atendimento técnico
- Habitação

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Ações da CAIXA para os Consórcios Públicos

2005

- ✓ Apoio aos Debates Nacionais sobre a Lei de Consórcios Públicos em parceria com a SAF/PR e FNP.

2010

- ✓ Participação no Observatório de Consórcios Públicos.

2011

- ✓ Publicação do Guia de Consórcios Públicos.

2014

- ✓ Revisão e revitalização da atuação da CAIXA junto ao Observatório de Consórcios Públicos.
- ✓ Formulação Estratégica de atuação da CAIXA para Consórcios Públicos (Prestação de serviços e Portfólio específico)

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo

PROJETO

Iniciativa conjunta CAIXA, Frente Nacional de Prefeitos e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

MISSÃO

Promover análise e reflexão sobre a agenda e os desafios do consorciamento público - inovação no federalismo brasileiro - disseminando informações e conhecimento

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Frente Nacional de Prefeitos

PNUD

Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo

ATIVIDADES REALIZADAS

- ✓ Estudos e pesquisas para geração de conhecimento sobre Consórcios Públicos e Federalismo;
- ✓ Eventos de disseminação do conhecimento gerado.
- ✓ Portal dos Consórcios Públicos

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Frente Nacional de Prefeitos

PNUD

Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo

PRODOC

Criado em 18 de maio de 2010, numa parceria da CAIXA com FNP e PNUD, com orçamento de US$ 607.072,45 integralmente repassado pela CAIXA. Vigência renovada até 30 de junho de 2014.

GOVERNANÇA

- Comitê Consultivo: CAIXA, FNP, IPEA, Ministério das Cidades
- Direção do Projeto: FNP
- Equipe administrativa: FNP

Guia dos Consórcios Públicos

Caderno I: O papel dos Prefeitos e das Prefeitas na criação e gestão dos Consórcios Públicos Informações básicas sobre como constituir, manter e administrar um CONSÓRCIO PÚBLICO, pontuando aspectos políticos relevantes, **a partir da ótica do gestor local**.

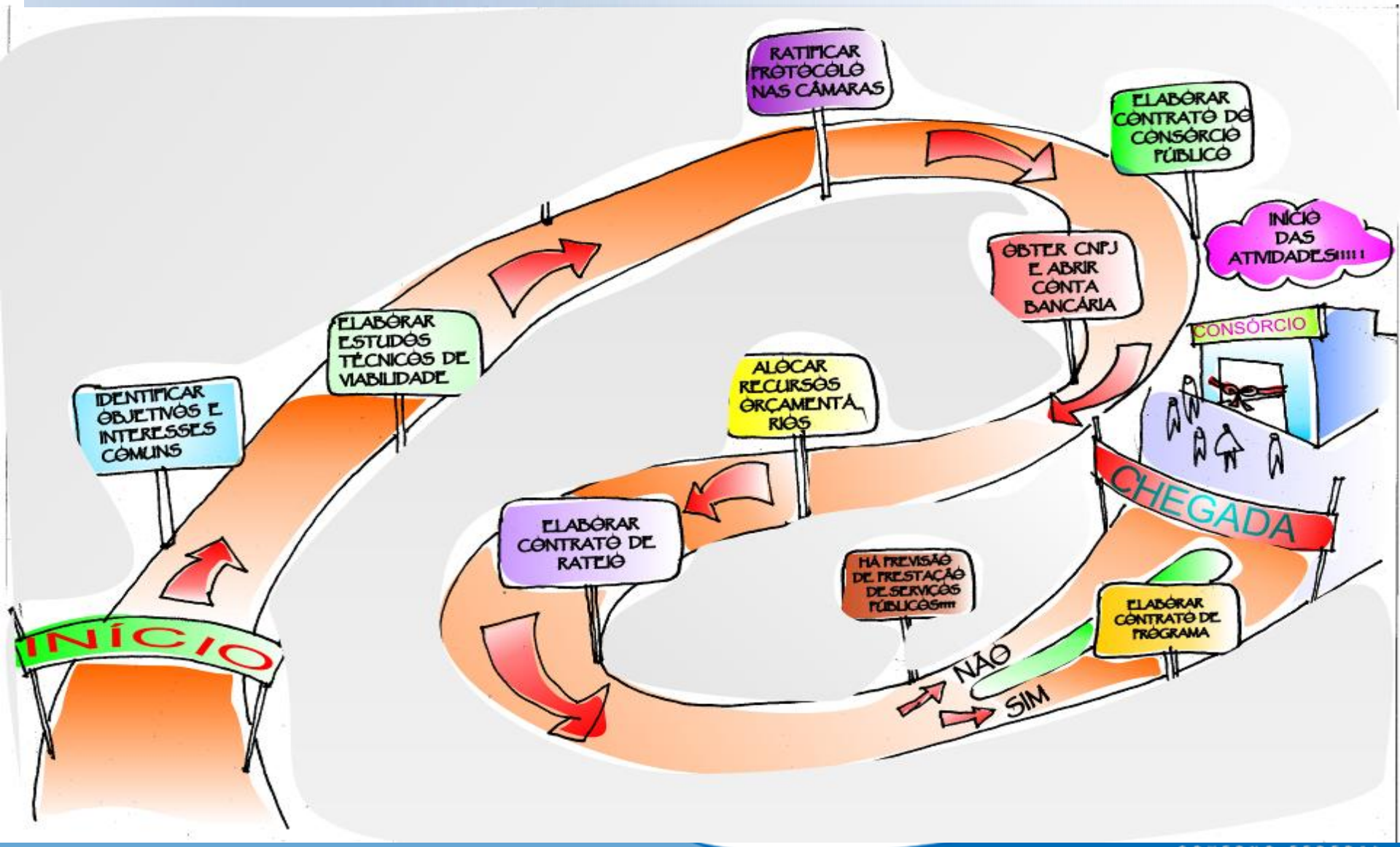
Caderno II: O Papel dos Dirigentes Municipais e Regionais na Criação e Gestão dos Consórcios Públicos reúne conteúdos técnicos relacionados à constituição de um CONSÓRCIO PÚBLICO.

Caderno III: As possibilidades de implementação do CONSÓRCIO PÚBLICO aborda as políticas públicas de responsabilidade dos municípios, apontando em cada área de atuação as possibilidades de ações consorciadas. Compila experiências de Consórcios já constituídos.

CAIXA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Guia dos Consórcios Públicos



Repasses do OGU

Presidência da República

Plano Plurianual (PPA)
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
Lei de Orçamento Anual (LOA)

Congresso Nacional

Ministérios
Órgãos Gestores

Programas do Governo Federal

Mediante Acompanhamento

Tomadores / Estados / Municípios / Consórcios Públicos

Ciclo dos Contratos de Repasse - OGU

FASES DO PROCESSO

Operações de Consórcios Públicos na CAIXA

Operações em Estudo

Area	Qtd	VI	VE	CP	UH
AGRICULTURA	64	25.111.329.24	24.576.837.38	534.491.86	0
SANEAMENTO	8	5.606.830.15	5.045.418.06	561.412.09	0
HABITACAO	8	11.986.129.38	11.686.129.38	300.000.00	343
INFRA-ESTRUTURA	5	3.473.860.11	3.407.650.00	66.210.11	0
OPER. DIVERSAS	3	4.200.001.00	4.200.001.00	0.00	202
SAÚDE	3	950.000.00	950.000.00	0.00	0
EDUCAÇÃO E DESPORTO	1	117.000.00	117.000.00	0.00	0
Total Geral	**92**	**51.445.149.88**	**49.983.035.82**	**1.462.114.06**	**545**

Fonte: CAIXA, mar/2015

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Operações de Consórcios Públicos na CAIXA

Operações Contratadas

Area	Qtd	VI	VE	CP	UH
AGRICULTURA	45	19.465.249.64	17.602.969.46	1.862.280.18	3
SANEAMENTO	18	104.047.417.77	101.048.008.19	2.999.409.58	0
SAÚDE	7	26.203.973.46	24.355.279.95	1.848.693.51	0
EDUCAÇÃO E DESPORTO	6	1.436.913.82	1.228.500.00	208.413.82	0
INFRA-ESTRUTURA	6	33.907.409.38	33.789.250.00	118.159.38	0
HABITACAO	3	2.078.777.10	1.212.201.25	0.00	118
Total Geral	85	187.139.741.17	179.236.208.85	7.036.956.47	121

325 - Total de Consórcios Cadastrados no SICONV
1.405 – Total de propostas cadastradas no SICONV

Fonte: CAIXA, mar/2015

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Operações de Consórcios Públicos na CAIXA

UF	Consórcios pós 2012
MG	15
BA	14
PR	14
GO	8
PB	7
SC	5
PE	4
SP	4
AL	3
MA	2
RS	2
AC	1
ES	1
PA	1
RJ	1
RN	1
SE	1
TO	1

Fonte: CAIXA, mar/2015

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Consórcios Públicos no Brasil

Marcos Legais: **Lei n.º 11.107/2005**
Decreto n.º 6.017/2007

Conceito de Consórcio Público:

"pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei no 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos" (art. 2.º, inc. I, Decreto n.º 6.017/2007);

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Dificultadores para o financiamento dos Consórcios

Ausência de marco legal específico que regule a concessão de operações de crédito para Consórcios Públicos por parte do Senado Federal.

Constituição Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

Necessário:

- **Elaboração de estudos e propostas de norma legal específica que autorizem a contratação de crédito.**
- **Normatização específica por parte da STN**

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Dificultadores para o financiamento dos Consórcios

Exigências do Cadastro Único de Exigência para Transferências Voluntárias (CAUC) dos Entes Consorciados

Decreto 6.017/2007

Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

Art. 39. A partir de 1o de janeiro de 2008 a União somente celebrará convênios com consórcios públicos constituídos sob a forma de associação pública ou que para essa forma tenham se convertido.

§ 1o A celebração do convênio para a transferência de recursos da União está condicionado a que cada um dos entes consorciados atenda às exigências legais aplicáveis, ***sendo vedada sua celebração caso exista alguma inadimplência por parte de qualquer dos entes consorciados****.*

§ 2o A comprovação do cumprimento das exigências para a realização de transferências voluntárias ou celebração de convênios para transferência de recursos financeiros, deverá ser feita por meio de extrato emitido pelo subsistema Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias - CAUC, relativamente à situação de cada um dos entes consorciados, ou por outro meio que venha a ser estabelecido por instrução normativa da Secretaria do Tesouro Nacional.;

Necessário:

- **Revogação da Exigência dos §§ 1º e 2º do art. 39 do decreto 6.017/2007;**
- **Adoção de regra específica por parte da União**

CAIXA

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Marcus Vinicius Rego
Gerente Nacional de Segmentos de Governo
Vice-Presidência de Governo

marcus.rego@caixa.gov.br
(61) 3206-4813